

# Processo de luto de familiares de desaparecidos políticos na ditadura militar brasileira

Gabriel da Silva Santos  
Noemi Duarte Mascarenhas Santos  
Rodrigo Jorge Salles

## RESUMO

A Ditadura Militar do Brasil foi instaurada em 1964 e se prolongou até 1985. É considerada um período de repressão, violação de direitos, torturas, mortes e desaparecimentos, deixando um rastro inacabado. O objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de luto de familiares que têm seus parentes desaparecidos desde a Ditadura civil-militar. Este trabalho caracteriza-se como um estudo de campo transversal com abordagem qualitativa. Foram entrevistados sete participantes que tiveram seus familiares desaparecidos no período da ditadura civil-militar no Brasil. Os instrumentos de pesquisa foram um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semidirigida. Entre os resultados obtidos na pesquisa, pode-se observar que o processo do luto carece de um desfecho, visto que a falta da ritualização e a ausência do corpo inviabilizam sua elaboração. Também foi observado que o sofrimento dos familiares é realçado por práticas discursivas recorrentes que negam a existência e as truculências da ditadura civil-militar brasileira.

*Palavras-chave:* Luto; Reações à separação; Ditadura; Autoritarismo; Militares.

## ABSTRACT

### Mourning process of family members of missing politicians in the Brazilian military dictatorship

Brazilian military dictatorship was installed in 1964 and lasted until 1985. It was a period of repression, violation of rights, torture, death, and disappearances, its signals still present. The objective of this research was analyzing the bereavement process of people who lost their relatives in the military-civilian Dictatorship and still are unaware of their whereabouts. This work is characterized as a cross-sectional, qualitative field study. Seven participants whose relatives were made to disappear during the Brazilian military-civilian dictatorship were interviewed. The research instruments were a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview script. Among results obtained in the research, it was found that the bereavement process lacks closure, since the lack of ritualization and the absence of the body do not allow for its elaboration. Family suffering was highlighted by frequent discursive practices that deny the truculence of the Brazilian military-civilian dictatorship.

*Keywords:* Bereavement; Separation reactions; Dictatorship; Authoritarianism; The military.

## INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar do Brasil foi instaurada em 1964 e se prolongou até 1985, por meio do golpe de Estado orquestrado pelo Exército militar e seus apoiadores. Em 1968, após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI5), a repressão atingiu seu mais alto grau, sendo um marco no aumento de registro de mortos, torturados e desaparecidos, período esse conhecido como “anos de chumbo” (Motta, 2018; Ventura, 2018). Este período foi marcado por ações ilegais e arbi-

## Sobre os autores

G. da S. S.  
<https://orcid.org/0000-0002-1494-0242>  
Universidade São Judas Tadeu (São Paulo). Barueri-SP  
gabrielssantos260@gmail.com

N. D. M. S.  
<https://orcid.org/0000-0002-8197-2076>  
Universidade São Judas Tadeu (São Paulo). Barueri-SP  
noemidu\_arte@yahoo.com.br

R. J. S.  
<https://orcid.org/0000-0003-0485-4671>  
Universidade São Judas Tadeu (São Paulo). Barueri-SP  
rodrigojsalles@hotmail.com

## Direitos Autorais

Este é um artigo de acesso aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



trárias como: cassações, demissões, prisões, desaparecimentos forçados, mortes, ocultação de cadáver, exílios, privações de direitos e liberdades, censuras, torturas e interrogatórios; com intuito de extinguir qualquer oposição ao regime vigente (Brasil, 2014a). Os 21 anos de ditadura podem ser sintetizados como um tempo de irradiação de violência e práticas de terrorismo de Estado, que buscou propagar o medo, criar uma nova gramática social, reduzir qualquer movimento de oposição e silenciar os atingidos (Rubert, 2014).

Como reflexo dessa imposição ao silêncio, apenas em Maio de 2012, após 48 anos do golpe militar, foi constituída a Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela lei 12.528/2011, com intenção de resgatar a memória, verdade e justiça sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 (Brasil, 2014a). No decorrer dos 3 anos de trabalhos, foram coletados 1.116 depoimentos, sendo 483 em audiências públicas e 633 de forma reservada (Brasil, 2014a). Foram identificados 191 mortos e 243 desaparecidos políticos no Brasil e no exterior, desses últimos, 33 foram identificados ao longo das últimas décadas (Brasil, 2014b).

A CNV compreende por desaparecimento forçado toda privação de liberdade realizada pelo Estado, por morte, execuções sumárias e arbitrárias, por conflitos armados e suicídios na iminência de prisão ou tortura. Para a CNV, a morte por meio de declarações oficiais e atestado médicos não são consideradas, sendo necessário que se encontrem os restos mortais e sejam realizados os exames que garantem a identificação do indivíduo desaparecido (Brasil, 2014b).

A condição de desaparecidos políticos representou o maior grau de repressão da ditadura brasileira, pois além de impor restrição à liberdade pessoal, comprometer a integridade física e a dignidade dos desaparecidos, infringiu aos familiares dos desaparecidos a mais cruel tortura já produzida (Arquidiocese de São Paulo, 2018). Endo (2016) enfatiza que a experiência de desaparecimento político é danosa para os que ficam, pois “produz uma fratura entre a inscrição da presença de um ente querido e sua desapareição inexplicável, jamais conferida consensualmente” (p.172). A negação desse desaparecimento pelos agentes do Estado concebe uma irrealidade que não pode ser aferida e confirmada. Se o desaparecimento ocorreu de maneira misteriosa, e o sequestrador jamais revelado, há uma lógica que induz a negação do ocorrido (Endo, 2016).

O desaparecimento de um ente querido impõe aos familiares um processo de luto que pode adquirir diferentes configurações (Brito et al., 2018). Do ponto de vista psicanalítico, Freud (1917/2010), em *“Luto e Melancolia”*, descreve que o processo de luto está relacionado a um grau de investimento afetivo entre o Ego e o objeto perdido, sendo o luto uma reação frente ao rompimento dos vínculos. Segundo o autor, quanto maior a vinculação e o investimento libidinal direcionado ao

objeto perdido, maior a energia necessária para o seu desligamento. Freud (1917/2010) faz uma distinção do processo de elaboração psíquica do luto e da melancolia. O processo de luto teria seu início a partir da constatação, pelo exame de realidade, de que o objeto amado não existe mais, exigindo uma retirada da libido investida. Freud (1917/2010) destaca que o processo de desinvestimento libidinal é árduo e lento, exigindo a retirada gradual da energia psíquica investida em cada lembrança do objeto. Em seu curso normal, o resultado final do processo de luto é a desinibição do Ego para a realização de novos investimentos libidinais. Na melancolia, esse processo tem um desfecho diferente. Diante da perda de um objeto, a libido não é desinvestida e deslocada para outro objeto, mas sim direcionada ao próprio Ego, em um processo que resulta na identificação do Ego com o objeto perdido.

Portanto, o processo de luto envolve a perda do objeto, enquanto que na melancolia o processo envolveria a perda do próprio Ego. Posteriormente, em sua segunda tópica, quando desenvolve seu modelo estrutural do aparelho psíquico, Freud (1923/2011) irá retomar esse assunto e delegar a presença de um Superego severo, o papel nas tendências sádicas e re-criminatórias frente ao abandono do objeto na melancolia, re-criminações que voltam-se contra o próprio Ego melancólico identificado com o objeto perdido.

As pesquisas sobre o processo de luto de familiares de desaparecidos apontam para a impossibilidade da elaboração do luto, dada à inexistência de elementos objetivos que permitam ao Ego dos familiares à realização do exame de realidade que comprove a ausência ou presença definitiva do objeto perdido, ocasionando um luto de natureza melancólica (Rolim, et al., 2018). Em se tratando do processo de luto de familiares de desaparecidos políticos, para Silva e Féres-Carneiro (2012), a impossibilidade da elaboração do luto é intensificada pela presença da “Lei da Anistia” que corrobora para a ausência do reconhecimento social dos desaparecidos, favorecendo o não-dito, que desqualifica a dor e o sofrimento das famílias, deixando uma lacuna aberta e consequentemente ampliando o estado de angústia e sofrimento. A *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979*, concede anistia a todos que cometeram crimes políticos ou conexo com estes durante o período de 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

Teles (2015) defende que os mecanismos de denegação e bloqueio no processo de responsabilização dificultam um efetivo debate sobre o legado da ditadura. Tal ausência de responsabilizações e punições por parte do Estado acarretam consequências ao processo de elaboração do luto dos familiares, já que, segundo Silva e Féres-Carneiro (2012), o luto só será viabilizado por meio da ritualização, por meio da nomeação, pois a falta do corpo e a falta de desfecho inviabilizam sua elaboração.

Ainda segundo Silva e Féres-Carneiro (2012), nas sociedades civilizadas, a reparação ocorre pela ação pública, que de acordo com Coimbra (2010) deve ser feita não apenas com uso de compensação econômica, mas investigações, esclarecimento dos fatos ocorridos, responsabilização de agentes, garantia de atendimentos e reabilitação física e social às vítimas. Itaquy e Sousa (2018) também corroboram com a necessidade de publicização e coletivização da luta para reparação e lembrança. Nas palavras dos autores: “Tornar pública as experiências, os sofrimentos e as lutas que a história esqueceu e/ou recalçou é fundamental na elaboração dos traumas sociais” (p.129). Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o processo de luto de familiares de desaparecidos políticos, investigando as repercussões psíquicas do desaparecimento e as saídas psíquicas adotadas para tentar significar a perda.

## MÉTODO

Esta pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa de campo, transversal com metodologia de base qualitativa. A pesquisa envolveu entrevistas semidirigidas com familiares de desaparecidos políticos, sendo os dados analisados por procedimentos de análise de conteúdo. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos sob o parecer de nº 3.327.684 e CAAE: 12512119.4.0000.0089.

O estudo foi composto por 7 participantes, selecionados por meio de consultas realizadas a documentos oficiais que divulgam informações sobre os desaparecidos políticos, a saber, relatórios pertencentes a CNV. Foram efetuados contatos telefônicos ou via e-mail, a depender do tipo de contato disponibilizado pelos familiares e nos documentos em questão. Também foram realizados convites a partir da participação efetiva dos pesquisadores em eventos e manifestações realizadas pelos familiares de desaparecidos políticos, bem como indicações dos próprios entrevistados de outros familiares que se enquadravam nos critérios da pesquisa.

Como critério de inclusão foi necessário o vínculo familiar com um ou mais desaparecidos no período da ditadura civil-militar brasileira. Foram excluídos da pesquisa os casos em que o familiar não está desaparecido, já tendo sido comprovada sua morte e localizado o corpo. Todos os participantes assinaram um Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) autorizando a participação no estudo e a utilização das informações coletadas.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, um questionário sociodemográfico para caracterização dos participantes e um roteiro de entrevista semidirigida, construído pelos pesquisadores com o intuito de investigar os ob-

jetivos mencionados nesta pesquisa. A coleta de dados teve duração média de duas horas, sendo iniciada a partir da apresentação do TCLE, seguida pelo questionário sociodemográfico e finalizada com a entrevista semidirigida. Todas as entrevistas foram gravadas com equipamento de áudio após o consentimento dos entrevistados. Posteriormente, os áudios foram transcritos para análise e apagados após a transcrição.

Para o tratamento dos dados oriundos das entrevistas foi adotado o procedimento de análise de conteúdo desenvolvido por Bardin (2016). Para a análise do material foram seguidas as seguintes etapas: (1) pré-exploração do material; (2) seleção de unidades de significado relacionadas com o foco deste estudo; (3) construção de categorias temáticas a partir de critérios semânticos, discutidas a partir do referencial psicanalítico. Como apoio elucidativo na discussão, foram inseridos trechos selecionados das entrevistas visando exemplificar os temas abarcados nas categorias.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi elaborada uma tabela com intuito de esclarecer as informações básicas dos participantes. Na Tabela 1, estão presentes nomes fictícios para preservar o sigilo dos entrevistados, escolaridade, localidade que hoje residem, idade, grau de parentesco com o desaparecido(a) e o tempo de desaparecimento. A partir da análise de conteúdo foram construídas três categorias temáticas: a) Sentimentos associados ao desaparecimento; b) Luto eterno; c) Censura, desaparecimento e sociedade.

### SENTIMENTOS ASSOCIADOS AO DESAPARECIMENTO

Nesta primeira categoria serão discutidos os sentimentos associados ao desaparecimento dos familiares e as memórias evocadas diante dos horrores vivenciados durante o período ditatorial. Vale salientar que nos casos de desaparecimento no período ditatorial no Brasil, a morte não mantém relação com a confirmação real por meio de um corpo (Brasil, 2014b). Existem muitas incógnitas, pois as menções não são feitas por fontes fidedignas, e mesmo que algumas afirmem que o desaparecido está morto, a elaboração poderia ser facilitada pelo encontro dos restos mortais, aspecto que não se aplica aos casos aqui mencionados.

No entanto, julgou-se necessário, a priori, discutir a problemática encontrada ao analisar os impactos dessa notícia, pois percebeu-se no decorrer das entrevistas que a constatação do desaparecimento foi construída gradualmente, uma vez que em sua maioria, o desaparecido foi se distanciando dos familiares por conta da necessidade da clandestinidade e a aproximação com grupos de militantes, havendo, portanto, uma preocupação em não envolver seus familiares nas perseguições sofridas. Foi observado que a notícia sobre a morte

Tabela 1. *Dados Gerais dos Participantes*

Identificação	Escolaridade	Localidade Atual	Idade do(a) participante	Grau de parentesco com o desaparecido ou desaparecida	Tempo de Desaparecimento do familiar
Quitéria	Ensino Superior Completo	São Paulo	73	Cônjuge	46 anos
Nise	Ensino Superior Completo	São Paulo	72	Irmão Irmão Irmã	45 anos 46 anos 47 anos
Helena	Pós-graduação Doutorado	São Paulo	68	Cônjuge	46 anos
Antônio	Ensino Superior Completo	Rio de Janeiro e Recife	71	Irmão	46 anos
Clara	Pós-graduação Mestrado	Bahia	61	Irmão	53 anos
Maria	Ensino Superior Completo	Rio de Janeiro	75	Filha Irmão Cônjuge	43 anos 46 anos 46 anos
Tarsila	Não informado	São Paulo	72	Filha	44 anos

ou desaparecimento cumpriu apenas o papel de ratificar um sentimento de separação que já estava presente há algum tempo, ou seja, a certeza da morte ou desaparecimento foi uma construção ao longo dos anos.

A análise dos relatos evidenciou que até mesmo as confirmações do desaparecimento se deram paulatinamente, por meio de testemunhas, artigos e noticiários falsos, contendo meias verdades. Quitéria, que perdeu seu companheiro na região do Araguaia, relata que ele viveu na clandestinidade desde 1964, portanto, não incomum, sua identidade era falsa. Em entrevista, Quitéria enfatiza a compreensão e preparação prévia sobre a perda do marido: “Então eu já tinha, vamos dizer, um preparo anterior de que alguma coisa tinha acontecido.”, dando sequência ao relato afirmando que “em Abril eu tive certeza então, você tem certeza da perda, mas uma perda que você já perdeu antes né. Você só confirma a perda ou a eternidade da perda. Você está perdido para sempre né”. Não diferente, para Tarsila “O desaparecimento a gente percebeu né, porque papai não ficava longe da gente”.

Para a análise dos impactos emocionais do desaparecimento, é de fundamental importância compreender a visão dos entrevistados sobre a ditadura civil-militar, período significado por todos como pavoroso e de profunda obstrução da liberdade em suas abrangências. De forma unânime, todos os participantes trazem a privação da liberdade como uma expe-

riência de horror. Para Nise não se existia liberdade, pois tinham que informar ao Serviço Nacional de Informação (SNI) quem entrava, quem morava na residência e quem saía de sua casa. Os participantes relatam que o SNI controlava qualquer ação que julgavam ser uma ameaça ao regime vigente. Segundo Clara “Não podia ter gente reunida que eles prendiam, desciam a paulada”. Antônio descreve que após 1967 começaram a ter grandes problemas, sua casa fora invadida pela polícia pelo menos 11 vezes, sendo que em 1972, a casa foi invadida e ocupada por 3 dias, período em que ninguém podia entrar e nem sair, tornando sua vida e de seus familiares, nas palavras do participante, “um inferno”.

Maria que perdera seu pai, marido e irmão (marido de Quitéria), diz que seu filho nasceu na clandestinidade, logo, tanto ela como o filho tinham identidades falsas. A preocupação de ser presa era constante, como podemos observar no seu relato ao ver seu filho brincando com algumas crianças em sua casa: “gente essas crianças aqui toda dançando e tal, se chegar a polícia aqui, o DOI-CODI, vai todo mundo preso, como vou falar para eles?”. Quitéria descreve que assim que foi liberada para sair da prisão sofreu diversas ameaças de morte. Os militares comentavam que a qualquer dia poderia cair na linha do metrô, poderia acabar se suicidando, ser atropelada ou assaltada, destacando em seu relato as diferentes formas como os militares poderiam matá-la.

Assim como Quitéria, Helena descreve extensamente a perseguição de partidos de esquerda, a cassação de mandatos e mesmo a influência nos trabalhos de jornalistas, sendo proibido noticiar qualquer tipo de informação que comprometesse a popularidade do governo vigente. Nas palavras da entrevistada: “até um surto de meningite era proibido noticiar durante a ditadura”. Um aspecto comum a todos os relatos analisados é a necessidade de viver em constante estado de vigilância, pois todos tinham medo de serem presos.

O clima geral de horror relatado por todos os participantes demonstra não só um estado de cerceamento da liberdade individual, como também a alienação desses participantes e seus familiares de suas condições de sujeito, sendo marginalizados e apagados pelo Estado por serem tidos como subversivos. Conforme observado por Safatle e Teles (2010):

“No cerne de todo totalitarismo, haverá sempre a operação sistemática de retirar o nome daquele que a mim se opõe, de transformá-lo em um inominável cuja voz, cuja demanda encarnada em sua voz não será mais objeto de referência alguma. Este inominável pode, inclusive, receber, não um nome, mas uma espécie de designação impronunciável que visa isolá-lo em um isolamento sem retorno. ‘Subversivo’, ‘terrorista’” (p.238).

De acordo com Rubert (2014) e Rosa (2020) a ditadura no Brasil utilizou-se de práticas de terrorismo, como torturas, desaparecimentos forçados, ocultação de corpos, estrupos, esquartejamentos, execuções sumárias a fim de difundir o medo, massacrar a resistência e criar personalidades conformadas, para apagar a contestação do projeto econômico e político que estava sendo implementado. Deste modo, Itaqui e Sousa (2018) reafirmam a experiência vivida por esses familiares, quando os autores descrevem que muitos passaram a ser considerados inimigos, apenas por lutarem por ideais diferentes do que a ditadura pregava, passando a enfrentar experiências traumáticas de violência e silenciamento por aqueles que possuíam o papel de proteção e garantia de direitos.

Apresentadas as percepções dos participantes sobre o clima geral que imperava nesse momento da história brasileira, cabe agora discorrer detidamente a respeito dos impactos e afetos mobilizados frente ao processo de constatação do desaparecimento e como foi conviver com a notícia. Conforme já apresentado, existe uma dificuldade em determinar os sentimentos mobilizados pelo desaparecimento dada a própria impossibilidade em precisar quando o desaparecimento ocorreu. Ainda assim, de modo geral, todos os familiares descrevem a sensação de horror frente à constatação do desaparecimento, como uma cena inesquecível de tristeza profunda que transborda no próprio corpo na forma de respostas somáticas à notícia e o que ela representou. Marques (2015) também constatou sentimentos parecidos em seu trabalho sobre o processo de luto, destacando que dentre a pluralidade de respostas possíveis estão presentes

a depressão, a tristeza, a insônia, a falta de apetite, o sentimento de desespero, o desinteresse por questões sociais, reações que estão no limite entre o físico e o emocional.

Estes aspectos podem ser exemplificados a partir do relato de Helena, que ainda estando grávida, foi presa e torturada no mesmo dia em que seu marido. Após alguns dias da prisão, recebeu a notícia da morte do marido por meio do Capelão que entregou um jornal com uma notícia falsa sobre a suposta morte do esposo, descrevendo que morrera em um confronto com os próprios companheiros militantes. A participante relata as primeiras sensações ao ler essa notícia:

“Entregando-me o jornal e em seguida eu sentindo todo o chão sumir, enfim o mundo submergir todo em volta de mim, essa é uma cena inesquecível, eu não conseguia lidar com isso de jeito nenhum, e enfim, eu fui posta no inferno ali...o chão abriu sob meus pés...sensação de cair no abismo”.

Helena, afirma que naquele momento, ao ler o jornal, compreendeu que eles tinham matado seu marido. Como saída adotada, ela escrevia e se dedicava à literatura, relatando que lia sem parar para não pensar na realidade: “Eu nunca li tanto na minha vida, a coisa era tão dramática que em um dia eu li *‘Cem anos de Solidão’*”. A participante também ressaltou que até hoje tem sonhos estranhos, sendo a sensação de ser tragada por um abismo sem volta e sem fundo constantemente retomada. De acordo com Rubert (2014), o trauma gerado pela tortura é vivido constantemente, e embora possa até ser resignificado, sua carga traumática nunca se esvaziará.

Tarsila teve que assimilar a notícia do desaparecimento em silêncio, já que, não era permitido tornar público seu estado de sofrimento. A participante menciona: “Isso é muito desafiante, porque a gente estava em plena ditadura, e continuamos na ditadura, isso não podia ser comentado”.

Uma vez discutido o impacto emocional do momento da notícia de desaparecimento, faz-se necessário se ater aos sentimentos envolvidos frente à possibilidade de reencontro. Em geral, pode-se compreender que os familiares não mantêm essa esperança, em virtude das suas experiências traumáticas e a visão realista das ações militares. Os participantes relatam ter ciência do que o Estado era capaz de fazer com alguém que se opunha a ordem estabelecida, como no caso de Quitéria, que afirma não ter tido dúvidas de que o desaparecido foi morto. Nas suas palavras: “com essa gente aí morre mesmo”. Parte da esperança também foi desfeita através dos livros, depoimento de pessoas e jornais. É possível observar esse aspecto na fala de Tarsila:

“Quando eu abri a revista, estava lá o depoimento do M., esse sargento do segundo exército. Na história de M. ele contava o que ele sabia da morte de meu pai e de meu padrinho...Foi assim que a gente pôde, definitivamente, chorar a morte dele né”.

Segundo Quitéria, ao se referir a pessoas que ainda têm esperança: “Eu acho que eles precisam disso para viver né, principalmente as mães que estão velhinhas, acho que elas precisam disso para viver”. Antônio afirma que a única pessoa que ainda mantinha esperança em encontrar o irmão era a sua mãe, pois era uma pessoa religiosa. De acordo com o mesmo participante, se ela tivesse uma “cabeça política” não teria nenhuma dúvida, pois todas as informações levavam a crer na impossibilidade do reencontro. Nas palavras de Antônio: “diferentemente que mamãe podia pensar a gente tinha várias certezas de que se R. não sáisse do país, ele morreria!”. Já Maria, como tentativa de evitar o sofrimento da mãe, escondeu a morte de seu irmão por 7 anos, pois nas palavras dela: “Para a minha mãe foi o maior sofrimento do mundo”. Helena igualmente comenta que por tudo que presenciou, nunca teve esperança de reencontro com o desaparecido, mas sua filha possuía uma visão diferente, nutrindo a fantasia de que o pai poderia retornar a qualquer momento.

Os participantes também mencionaram em seus relatos os impactos do desaparecimento em outras pessoas do grupo familiar, como os pais e mães dos desaparecidos. A dificuldade de aceitação por parte de alguns familiares que estavam deslocados do contexto da ditadura civil-militar abre caminhos para efeitos inimagináveis. De acordo com Maria, o trabalho do pai era fazer revolução, pois era um idealista. Ao comentar sobre o impacto da notícia referente a morte do pai, Maria afirma que “naquele dia a minha mãe ficou surda e nunca mais ouviu”. Segundo Antônio, sua mãe também teve dificuldade de aceitar a morte do filho: “a mãe guardava uma esperança íntima não revelada”. Antônio relata que mesmo com boa saúde, sua mãe faleceu em função de um acidente vascular encefálico, dois dias após ouvir o noticiário sobre o destino do filho.

Endo (2016) traz duas narrativas de experiências de impossibilidade de aceitação por parte de familiares de desaparecidos políticos que dialogam com o exposto acima. A primeira, uma mãe que não saía de casa com a esperança de o filho voltar e não encontrar ninguém ali; e outra mãe em que no preparo do almoço por muito tempo arrumava também o prato do filho desaparecido. Os diferentes modos de vivenciar o trauma dependem do próprio acontecimento, mas, sobretudo, do sentido dado a esse acontecimento, estando o resultado da elaboração dos traumas subordinado a capacidade de continência do aparelho psíquico do familiar, a saber, e de sua possibilidade de trabalho de luto (Fustier & Aubertel, 1998). Birman (1997) também descreve que na impossibilidade de não encontrar meios para descarga dos excessos, na impossibilidade de metabolizar, o efeito se dá através do corpo por meio de perturbações psicossomáticas.

Assim, os familiares que conheciam o contexto de terror e repressão presente no Brasil, sendo perseguidos, presos e torturados, sabiam do que o Estado era

capaz. Portanto, apesar de sofrerem intensamente por conta do desaparecimento, não nutriam esperanças de reencontro com os familiares desaparecidos.

## LUTO ETERNO

Ao longo do processo de análise, observou-se que na maioria das entrevistas, além do sentimento de tristeza e saudade, estava amplamente destacada a ideia de um luto eterno e interminável. Nesta categoria serão abordadas as vias adotadas pelos entrevistados para lidar com a perda, marcadas pela luta para encontrar os restos mortais dos desaparecidos e pela necessidade dos participantes em honrar a memória de seus familiares.

Deste modo, a discussão será iniciada pela esperança que os familiares sustentam em encontrar os restos mortais de seus desaparecidos. A busca pelos restos mortais é encarada pelos participantes como um rito de passagem necessário para o fim do luto, possibilitando a materialidade da morte. Nas palavras de Nise:

“é uma coisa assim você não sabe que a pessoa não existe, e você não tem um corpo, essa questão do luto né, é um luto eterno...não tem um processo assim de você amadurecer... estava desaparecido, mas a gente ainda tinha esperança. E depois quando não tem mais é uma coisa assim uma tristeza muito grande...é quase um luto eterno que nunca acaba”.

Maria descreve o luto frente a um desaparecimento político como um luto infundável: “Você ser parente de desaparecido, você está em luto permanente”. Maria continua seu relato afirmando que: “é um buraco que abre entre a gente, depois você tem que viver né. A vida segue, você sente saudade. Hoje eu sinto uma revolta muito grande porque queria ter o direito de enterrá-lo né”.

Fustinoni e Caniato (2019) e Silva e Féres-Carneiro (2012) enfatizam que o luto só poderia ser elaborado por meio da ritualização simbólica, pois a ausência do corpo atravessa o imaginário como um ciclo inacabado, colocando a prova o discernimento entre fantasia e realidade, impedindo o desinvestimento libidinal e conseqüentemente a efetivação do trabalho do luto. Conforme trecho do livro *Brasil: Nunca Mais*: “a perpetuação do sofrimento, pela incerteza sobre o destino do ente querido, é uma prática de tortura muito mais cruel do que o mais criativo dos engenhos humanos de suplício”. (Arquidiocese de São Paulo, 2018, p.260).

Nas palavras de Helena, em se tratando do desaparecimento político o tempo do luto não se finda: “o tempo do luto num caso como esse, não permitiram nem a você os rituais né, os ritos que você faz para despedir de alguém que lhe é muito caro, esse tempo não termina, isso perpetua”. Para Clara: “Não foi encontrado, ele não foi sepultado. A famí-

lia não encerrou o rito né, não fez um rito de passagem com ele, então ele está desaparecido”.

Ao abordar o luto, Freud (1917/2010) enfatizou o papel do exame de realidade como uma das medidas necessárias no processo de reconhecimento da ausência do objeto perdido. Neste processo, a constatação da ausência do objeto amado é uma condição essencial para um possível desinvestimento libidinal, permitindo que, em seu curso normal, o resultado final seja a libertação do Ego para a realização de novos investimentos psíquicos.

A partir da análise das entrevistas, observou-se que devido à impossibilidade dos participantes realizarem o exame de realidade, em decorrência da falta de dados comprobatórios sobre o que realmente ocorreu com os familiares desaparecidos, não ocorre o completo desinvestimento do objeto perdido, tornando o luto um processo aberto e sem desfecho. Segundo Endo (2016), viver o desaparecimento se configura como sendo pior do que reconhecer a morte, velar e prantear seu morto, pois, sem a confirmação a partir dos restos mortais, o estado de morto e vivo oscila e a espera eterna pelo desaparecido passa a ser torturante.

Observou-se nos relatos que mesmo diante da desesperança em reencontrar seus familiares vivos, a manutenção de memórias angustiantes e a procura pelos restos mortais, possibilitam a continuidade da luta. Endo (2016) reforça que é imprescindível que a tristeza e esperança não cessem, pois seria como admitir a vida ou morte do desaparecido, e ambos são impossíveis para esses familiares. A manutenção da tristeza seria uma resistência à morte, pois afirma que o desaparecido permanece vivo naqueles que o amam. Não obstante, de acordo com Teles (2017), manter a esperança de ter a pessoa viva significa, de modo geral, certa preservação de sua memória. Contudo, ao mesmo tempo, resulta em um prolongamento dos seus sofrimentos, pois gera uma desestruturação emocional e social inimaginável.

Observou-se a partir da análise das entrevistas que a luta dos familiares está diretamente relacionada à necessidade de fazer algo, de estar constantemente em ação, uma luta incessante que envolve manter viva não só a memória do desaparecido, mas também as dolorosas memórias dos horrores da ditadura. Por meio dos relatos, notou-se que a transmissão dessas memórias permite que a luta seja levada adiante, enaltecendo e mantendo vivas as histórias de empenho dos desaparecidos. A maioria dos participantes compreende que a transmissão dessas histórias é crucial, sendo que o silêncio não ajuda. Estes aspectos são evidenciados a partir da fala de Quitéria “é um compromisso que acho que todos têm, como o desaparecido não tem mais voz, sou eu que vou dar voz a ele”. De acordo com Escalante et al. (2014) os familiares não carregam apenas uma dor do luto, mas é antes

uma dor que emana da impossibilidade do sujeito em fazer algo diante desse desaparecimento, uma dor tranquila no pessoal, mas que grita no social.

Freud (1926/2014) assinala que no estado de luto, o Ego se encontra diante de uma tarefa árdua, pois ao mesmo tempo em que o exame de realidade exige um desinvestimento psíquico do objeto que não está mais presente, existiria também uma relutância do enlutado em realizar o desinvestimento, dada a carga afetiva direcionada ao objeto perdido. Mendlowicz (2000) destaca que o processo de luto é um dos maiores desafios ao equilíbrio do psiquismo, e dependendo do tipo da perda a elaboração pode se tornar demasiadamente complexa, com grandes possibilidades de um fracasso parcial deste trabalho.

Além da importância de falar sobre a ditadura como forma de manter viva a memória de seus familiares, o enlutado apresenta como condição de sobrevivência o testemunho do trauma vivenciado, engendrando um novo sentido ao luto que permite um processo de reparação psíquica e um trabalho de religamento ao mundo (Indursky & Conte, 2017; Seligmann-Silva, 2008). Observou-se que a maioria dos entrevistados tem produção literária descrevendo os horrores da ditadura no Brasil, demonstrando os meios encontrados para perpetuar a memória do desaparecido e informar ao público leigo sobre os crimes de Estado cometidos nesse período histórico. Segundo Conte (2015), dentre diversas formas recorridas para reparação estão presentes o escrever, militar e contar ao público leigo.

Observou-se que os entrevistados buscam meios para manter viva a memória do desaparecido, enaltecendo a luta dos que se foram, mantendo vivo o desejo de alcançar uma sociedade igualitária. Portanto, lutar por esta causa, além de dar vivacidade à memória, demonstra também a configuração de um sentido ao luto, dando voz e vida ao prélio que envolve a busca por uma sociedade democrática. Este movimento pode ser observado nos depoimentos dos entrevistados, conforme a fala de Tarsila: “Nos últimos quinze anos, se posso ter tido alguma participação política, foi contar essa história aos alunos que passaram pela minha escola, porque eu percebi que a gente tinha ficado calado tempo demais”. E por fim, a fala de Nise:

“Eu sei que eles foram mortos dessa forma é uma coisa muito cruel, então eu gostaria de esquecer mais eu não posso (emocionada), então meu compromisso é dizer quando eu tiver chance de dizer, que tudo isso aconteceu. Pra mim pode ser muito dolorido falar isso, mas eu acho que faz parte do meu compromisso com eles (emocionada), que essa história não morra assim sabe, que não seja esquecida, eu fico muito feliz quando jovens fazem por recuperar”.

Um grupo familiar quando atingido por um evento traumático se desorganiza, pois, o trauma inscreve na memória aquilo que só poderia ser elaborado caso houvesse ações públicas (Puget, 2000). Fabris (2017) ratifica que só por meio de ações

públicas é possível colocar em xeque o apagamento da existência do desaparecimento. Sendo assim, a não abertura dos arquivos militares e a impossibilidade de julgamento dos atos praticados pelo Estado, impossibilitam uma reparação psíquica da história da família (Silva & Féres-Carneiro, 2012).

Consequentemente, uma maneira de ganhar força nessa luta, é a participação e criação de vínculo com grupos de apoio. Essa característica permeia todos os participantes, e dentre os grupos de apoio pode-se destacar a “Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos”, o grupo “Tortura nunca mais” e o “Comitê Internacional da Cruz Vermelha”.

Foi observado que para os participantes entrevistados, a organização coletiva produz a experiência de não se sentir só nessa caminhada, promovendo o pertencimento a um movimento que valida sua luta, suas dificuldades, fazendo valer suas conquistas e a perseverança, favorecendo também o resgate da memória para que nunca mais a ditadura retorne. A importância do coletivo pode ser exemplificada pela fala de Clara, que diz: “O maior de todos é de a gente saber que a gente é um coletivo, então a gente se torna mais forte né...um grupo que a gente troca ideias, que discute as coisas e decide perante a Comissão Nacional”.

Aspecto semelhante pode ser observado na fala de Maria, ao dizer “quando você está no grupo tem outras pessoas que sofreram a mesma coisa...o apoio é o seguinte que é mais difícil você viver quando está em grupo do que você viver sozinho, você tem gente que pensa como você”. Leal (2017) e Paula e Vieira (2020) constataram que a procura por grupos e movimentos sociais ajudavam os familiares em uma luta na qual o Estado se omitia, mantendo a visibilidade de suas demandas e pressionando o poder à adoção de políticas públicas. Tal relevância nessas participações é corroborada também pela pesquisa de Silva e Féres-Carneiro (2012), que afirmam que os atingidos pela ditadura que buscaram redes de apoio e que lutam pela memória de seus familiares conseguiram, mesmo que parcialmente, elaborar e dar continência a sua dor.

## CENSURA, DESAPARECIMENTO E SOCIEDADE

O objetivo desta categoria foi analisar os impactos da censura produzida no período da ditadura e a compreensão que esses familiares possuem referente ao papel da sociedade e do Estado frente ao desaparecimento político. Segundo os familiares entrevistados, o Estado brasileiro insistiu em negar os anos de chumbo vivido no país. Para os participantes, ainda hoje temos uma sociedade que desconhece os horrores desse período, incorrendo em uma ausência de esclarecimentos por parte do Estado. Segundo Maria: “a sociedade ela não tem tanto culpa porque a ditadura era tão grande e a censura era tão intensa que a sociedade nem sabe, o pessoal da idade de vocês não sabe que teve ditadura militar no Brasil”.

Os participantes compreendem que parte dessa desinformação é consequência da postura da mídia nesse período. Esses traços são observáveis na entrevista de Helena, que afirma que no período da ditadura a mídia estava alinhada ao regime, “enxovalhando a memória” com uma desumanidade tamanha, de forma que os noticiários retratavam o assassinato de um familiar por meio de notas mentirosas, causando dupla ou tripla morte, por matar sob tortura, depois inventar uma história falsa e não entregar o corpo.

Antônio ratifica que era comum “a partir do AI-5, você criar teatros em cima de militantes, que provavelmente já estavam mortos”. Para Nise a censura nos meios de comunicação era extrema, noticiando apenas informações que qualificavam positivamente a ditadura civil-militar, censurando conteúdos que desqualificassem as ações do Estado.

Segundo os participantes, o desconhecimento da população sobre as crueldades, aliada à propagação de informações falsas pela mídia nesse período, geram ainda hoje, um estado de alienação social, que pode produzir diferentes sintomas. De acordo com Maria: “a sociedade brasileira é totalmente alienada e despolitizada, acredita nos meios de comunicação, os meios de comunicação derrubaram a Dilma e os meios de comunicação ajudaram a eleger Bolsonaro”.

Para Silva e Féres-Carneiro (2012) a censura dos meios de comunicação da época tornaram os desaparecimentos ilegítimos e irreais. Segundo os autores, “sem notícia, não há fato, sem corpo, não há morte” (p.67). Starling (2015), apresenta três frentes relacionadas ao silenciamento, o primeiro empreendido pela própria sociedade, em especial os empresários, o segundo por parte do Estado e o terceiro pelas Forças Armadas.

O silenciamento da mídia também exerce influência direta no processo de luto dos familiares de desaparecidos políticos. Segundo Silva e Féres-Carneiro (2012):

“Obviamente, noticiar os fatos não significa a anulação dos episódios ocorridos, mas o contexto de censura destituiu e desqualificou a dor e o sofrimento das famílias dos desaparecidos. Portanto, os efeitos psíquicos na história dessas famílias são ampliados, também, pela ausência do reconhecimento social. Quando nada é dito, tudo é ilegítimo e irreal” (p.68).

Como confirmação das falas supracitadas, ainda hoje no Brasil predominam o silêncio e o esquecimento. Segundo Teles (2017), os familiares atingidos pela ditadura enfrentam barreiras impostas pelo Estado para encontrar os restos mortais de seus parentes e poderem punir os devidos responsáveis. Os esforços disponíveis institucionalmente são insuficientes permanecendo restritos às lutas dos familiares sobreviventes. Endo (2016) complementa que esses familiares sobreviventes

ficam entre um enigma que produz de forma significativa sentimentos de angústia e tristeza, pois mantém presente duas realidades inconciliáveis, primeiro pela experiência em ter seu ente querido desaparecido e, segundo, pelo discurso peremptório de negação institucional e governamental. Como consequência, a sociedade acaba incorporando o discurso negacionista, invalidando toda uma história de repressão existente (Endo, 2016).

Também foi possível observar nas entrevistas críticas constantes sobre o atual governo brasileiro e sua posição frente à ditadura e os desaparecidos políticos. As críticas dos participantes são direcionadas ao revisionismo histórico perpetuado pelo governo com o intuito de recontar a história da ditadura de maneira a amenizar os horrores cometidos pelos militares e colocar os perseguidos políticos na posição de “terroristas”, tornando os desaparecidos políticos vilões dessa história. Este movimento suscita nos familiares sentimentos de revolta e ódio, assim como terror e desesperança. Quitéria diz que não acredita na justiça atual, ainda mais quando “a gente espera que o assassino investigue o assassinato”.

Nise relata que o governo não tem interesse nas investigações, já que a identificação dos corpos dos desaparecidos seria a prova do crime. Tarsila sente que faltou fazer mais: “Se a gente tivesse feito como o povo judeu, falado, falado, falado e denunciado, e levado o seu Ustra para um julgamento, ninguém iria chegar agora pra dizer um ‘Viva Ustra’ na Câmara entendeu?”. Clara ao lembrar de um episódio em que o atual presidente desrespeitou os familiares ao dizer: “era deputado federal né, botou um recado na porta do seu gabinete ‘familiares do Araguaia quem procura osso é cachorro’...eu odeio esse homem!”. Helena demonstra indignação pelo discurso proferido pelo atual presidente: “um sujeito diz assim, tinha que ter matado uns 30 mil né, como disse o atual presidente da república, é um negócio assim execrável”.

É possível observar a partir das falas dos participantes que a ascensão de um novo governo classificado por eles como totalitário, só é possível pela atitude da sociedade em apagar ou silenciar a memória da ditadura. Conforme salientado por Paula e Vieira (2020), a impunidade dos militares gerou uma amnésia coletiva que resultou na pior tragédia, ou seja, a minimização da violência praticada pelo Estado e a redução da luta dos familiares por justiça. O recalçamento coletivo é capaz de produzir grandes repetições, já que, como colocado por Kehl (2010), todo trauma que não é simbolizado, produz algum sintoma de repetição. Sendo assim, o ato de recalçar não nos livra da produção de sintomas sociais, já que, para Kehl (2010), o Brasil é atualmente o único país da América Latina em que os policiais militares cometem mais assassinatos e crimes de torturas do que no período ditatorial.

A análise das entrevistas também indica que os participantes esperam que o Estado pague a dívida histórica para com os

desaparecidos políticos. O não cumprimento de uma sentença da corte, da união, da qual o Estado brasileiro é réu, faz reproduzir nos familiares essa crueldade com o mesmo peso ou ainda mais intensificado, por simplesmente se neutralizar com indiferença a situação, violando os direitos humanos e não se preocupando em reestabelecer a história, ocultando-a. Desta forma, o relato dos entrevistados vislumbra indiscutivelmente esses elementos, conforme exemplificado na fala de Antônio: “...o Estado tem essa dívida com esses familiares e essa dívida nem o tempo apaga”.

Diante desses desafios, os participantes entendem que a partir do momento que a sociedade está esclarecida ela não aceita e se move em defesa dos familiares. Nise reafirma que a sociedade precisa acordar e se reorganizar. Nas suas palavras:

“Acho que a sociedade deveria se organizar pra poder cobrar do Estado, eu acho que existe uma necessidade de que a sociedade civil acorde para essas coisas, porque não são só os desaparecidos de quarenta anos atrás da época da ditadura, nós temos cada vez mais um número muito grande de desaparecidos hoje, porque isso ainda acontece hoje? porque houve impunidade...a sociedade civil tem que despertar pra essas coisas”.

A análise das entrevistas também evidenciou a preocupação dos participantes com a possibilidade de um retorno do que foi o período da ditadura civil-militar no Brasil. Helena descreve que diante do atual cenário político brasileiro, a luta é eterna. Nas suas palavras:

“uma desmontagem tão grande e tão perigosa da democracia no país, deu tanto trabalho tentar reconstruir, reconquistar a democracia. Estamos vendo de novo esse massacre dos direitos humanos, esse absurdo de se defender torturadores, eu penso que o Brasil nunca enfrentou realmente suas violações dos direitos humanos e por nunca ter enfrentado a fundo como fizeram a Argentina, o Chile, o Uruguai etc.”.

O processo de análise revela que os familiares de desaparecidos foram violados pelo menos duas vezes pelo Estado, a instância que deveria, a priori, protegê-los. A primeira a partir dos atos que geraram os desaparecimentos e ocultação dos corpos, e a segunda, na atualidade, a partir do silenciamento dos atos de horrores passados, ocasionando em uma repetição do trauma aos familiares enlutados. Acrescenta-se a isso uma terceira violação, cometida agora não só pelo Estado, mas também por parte da sociedade civil, que se configura a partir de práticas discursivas que negam a existência da ditadura e suas truculências. O resultado das diferentes violações é o silenciamento do luto dos familiares de desaparecidos políticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de análise das entrevistas demonstrou que as lutas dos familiares de desaparecidos políticos estão imbricadas com a necessidade de encontrar os restos mortais de seus entes queridos, como forma de uma possível elaboração do luto por meio de um rito de passagem. No entanto, observou-se que a ausência dos restos mortais, associada a fatores como à inexistência de um desfecho nas investigações que envolveram o desaparecimento, o silenciamento do Estado frente às buscas e a impunidade dos agentes que promoveram os desaparecimentos, influenciam na possibilidade de um fechamento para o luto e a elaboração psíquica da perda.

Com isso, as vias psíquicas adotadas para dar algum significado à perda, envolvem a necessidade de honrar a memória de seus familiares e dar continuidade às suas lutas. Observou-se que os entrevistados estabeleceram vínculos de apoio e participação em coletivos, demonstrando o papel do engajamento político como recurso social e simbólico para significar a perda, transformando o luto em luta por direitos sociais. Tal movimento permitiu aos familiares a coletivização do luto, que deixou de ser vivenciado exclusivamente na esfera individual, passando a ser uma ferida aberta que expõe à sociedade os terrores da ditadura civil-militar brasileira.

Observou-se que tanto os participantes como seus familiares desaparecidos, sofreram com o cerceamento da liberdade individual, sendo marginalizados e silenciados por parte daqueles que deveriam garantir direitos. Diante da necessidade de perpetuar a história da ditadura brasileira e sabendo do potencial que a violência tem em produzir novas subjetivadas, são necessários mais estudos referentes à transmissão traumática desse período que marcou a sociedade brasileira. Por fim, no processo de coleta de dados, notou-se que os participantes que se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa possuem uma forte militância e envolvimento político, que como observado, consolida-se como uma importante via para significação da perda. Entretanto, para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas com os familiares e grupos que de alguma forma silenciaram-se ou foram silenciados, adotando outras vias para lidar com a perda que não incluem necessariamente a participação em coletivos e movimentos sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arquidiocese de São Paulo (2018). Desaparecidos Políticos. In Arquidiocese de São Paulo (Orgs.), *Brasil: Nunca Mais* (pp. 258-270). Vozes.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Birman, J. (1997). *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. Editora 34.
- Brasil. (2014a). Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)
- Brasil. (2014b). Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: Mortos e desaparecidos políticos*. [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf)
- Brito, C. C. O., Santos, M. O., Brito, M. V. C., & Coelho, M. R. M. (2018). Relato de experiência da perda ambígua diante de um filho adolescente desaparecido. *Pensando famílias*, 22(1), 59-74. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2018000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100006&lng=pt&tlng=pt)
- Conte, B. S. (2015). A história silenciada da ditadura civil-militar brasileira. Experiência da clínica do testemunho. *Revista Diaphora*, 15(2), 51-53. <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/112/112>
- Coimbra, C. M. B. (2010). Direitos humanos, terrorismo de estado, reparações [Editorial]. *Correio APOA*, 196, 31-40. <http://www.apoa.org.br/uploads/arquivos/correio/correio196.pdf>
- Endo, P. S. (2016). Sonhar o desaparecimento forçado de pessoas: impossibilidade de presença e perenidade de ausência como efeito do legado da ditadura civil-militar no Brasil. *Psicologia USP*, 27(1), 8-15. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150012>
- Escalante, H. S., Guzmán, M. O., Peñaloza, J. L., & Ruiz, S. R. S. (2014). Condiciones violentas de duelo y pérdida: un enfoque psicoanalítico. *Pensamiento Psicológico*, 12(2), 79-95. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1657-89612014000200006&lng=en&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-89612014000200006&lng=en&tlng=es)
- Fabris, A. (2017). Memória dos desaparecidos: algumas estratégias visuais. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 25(1), 261-278. <https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0110>
- Fustier, F. A., & Aubertel, F. (1998). A transmissão psíquica pelo sofrimento. In A. Eiguer (Org.), *A transmissão do psiquismo entre gerações* (pp. 129-148). Editora Unimarco.
- Fustioni, C. F., & Caniato, A. (2019). O luto dos familiares de desaparecidos na Ditadura Militar e os movimentos de testemunho. *Psicologia USP*, 30, 1-9. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e180131>
- Freud, S. (2010). Luto e melancolia. In S. Freud, *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (pp. 170-194). Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (2011). O eu e o id. In S. Freud, *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos*. Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (2014). Inibições, Sintomas e Angústia. In S. Freud, *Inibições, Sintomas e Angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos*. Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Indursky, A. C., & Conte, B. S. (2017). Reparação Psíquica e Testemunho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 149-160. <https://doi.org/10.1590/1982-3703110002017>

- Itaquy, G. W., & Sousa, E. L. A. (2018). Sobre(vivência) da Violência: Os Rastros Silenciados da ditadura Civil-Militar Brasileira. *Revista Subjetividades*, 121-133. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v18iEsp.6442>
- Kehl, M. R. (2010). Tortura e sintoma social. In E. Teles & V. Safatle (orgs.), *O que resta da ditadura* (pp.123-132). Editora Boitempo.
- Leal, E. M. (2017). *A dúvida mais persistente: as formas de governo do desaparecimento de pessoas no Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositório Digital. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/173797/001061594.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Lei N° 6.683, de 28 de agosto de 1979 (1979, 28 agosto). Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)
- Marques, M. (2015). Luto ou Depressão?. *Psicologia pt: o portal dos psicólogos*, 3. <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0850.pdf>
- Mendlowicz, E. (2000). O luto e seus destinos. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 3(2), 87-96. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982000000200005>
- Motta, R. P. S. (2018). Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*, 38(79), 195-216. <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-10>
- Paula, C. R. N., & Vieira, F. A. C. (2020). A Comissão da Verdade no Brasil: a luta pela memória em uma democracia fragilizada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (121), 123-146. <https://dx.doi.org/10.4000/rccs.10371>
- Puget, J. (2000). Disso não se fala... Transmissão e memória. In O. Ruiz Correa (Org.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 17-43). Escuta.
- Rolim, G. S., Radzevicius, L. C., Saldanha, M. F., Tardivo, L. S. L. C., & Salles, R. J. (2018). Análise do Luto de Mães de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 507-521. <https://doi.org/10.1590/1982-37030000762017>
- Rosa, J. R. (2020). À perlaboração da violência traumática da repressão: o caso brasileiro. *História (São Paulo)*, 39, 1-36. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020006>
- Rubert, S. (2014). Ditadura Civil-Militar no Brasil: Construção da Subjetividade em Situações Traumáticas. *Histórias*, 5(2), 273-296. <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4873>
- Safatle, V., & Teles, E. (Orgs.). (2010). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. Boitempo.
- Seligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma: a questão do testemunho de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, 20(1), 65-82. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>
- Silva, M. R. N., & Féres-Carneiro, T. (2012). Silêncio e o Luto impossível em famílias de desaparecidos políticos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 66-74. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100008>
- Starling, H. M. M. (2015). Silêncios na ditadura. *Revista Maracan*, (12), 37-46. <https://doi.org/10.12957/revmar.2015.17393>
- Teles, J. A. (2015). Ditadura E Repressão: Locais De Recordação E Memória Social Na Cidade De São Paulo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (96), 191-220. <https://doi.org/10.1590/0102-6445191-220/96>
- Teles, J. A. (2017). Luto e memória da ditadura: o memorial dos desaparecidos de Vila Formosa em São Paulo. *Revista M.*, 2(3), 65-93. <http://dx.doi.org/10.9789/2525-3050.2017.v2i3.65-93>
- Ventura, Z. (2018). *1968: o ano que não terminou* (2a ed.). Objetiva.

Data da Submissão: 04/03/21  
Primeira decisão editorial em: 28/04/21  
Aceite: 17/05/21